

Fisco impede empresa séria de discutir dívidas, diz tributarista

O advogado tributarista Roberto Quiroga Mosquera, sócio do escritório Mattos Filho, critica em entrevista à *Folha de S.Paulo* a pressão fiscal do governo federal sobre as empresas. Ele afirma ao jornal que as companhias têm se deparado com multas confiscatórias e não encontram espaço para o debate na área administrativa, independentemente dos supostos casos de corrupção investigados no Carf.

Reprodução



Contencioso "bom" está chegando só agora ao Judiciário, afirma Quiroga Mosquera.

Um dos problemas mais recentes, afirma, é a [Medida Provisória 685](#), que fixa altas multas se a empresa deixar de informar o governo sobre seu planejamento fiscal.

Procurar a via judicial, para ele, também não é a solução. “Quando a empresa sai da disputa administrativa e vai para o judiciário, de cara a dívida já cresce 20%. (...) Para discutir na Justiça, ela tem de fazer o depósito de 100% da autuação. Como vai fazer isso num auto de infração de R\$ 1 bilhão, R\$ 5 bilhões ou R\$ 10 bilhões?”

Sobre o cenário atual de crise econômica brasileira, Quiroga considera que a volta da CPMF é um “mal menor”.

Leia trechos da entrevista, publicada na *Folha de S.Paulo* deste domingo (18/10).

Folha – Está cada vez mais difícil imaginar que faremos o ajuste sem aumento de impostos. Qual é a melhor solução?

Roberto Quiroga Mosquera – É preciso, claro, cortar gastos públicos. Sou contra aumento de imposto. Mas, imaginando que não dá mesmo para cortar agora, o que geraria menos impacto seria, sem dúvida, a CPMF.

Folha – Ela é vista como impopular.

Roberto Quiroga Mosquera – Ela é o mal menor. Há isonomia, pulverização. (...) E tem a vantagem de pegar a informalidade. A Cide [combustíveis] e a CPMF são as menos doloridas. Agora, com a crise econômica, as variáveis de renda e receita, que sustentam 80% da arrecadação tributária do governo



federal, vão cair. Ou seja, estamos correndo atrás de R\$ 30 bilhões e, em breve, vão surgir outros R\$ 30 bilhões para cobrir. (...) Junto a isso, temos outro problema, pressionando especialmente as empresas, que são as discussões com o Fisco. Estamos chegando numa situação limite.

Folha – Por quê?

Roberto Quiroga Mosquera – Hoje, há cerca de R\$ 600 bilhões na seara administrativa e o estoque está crescendo. Na Justiça, há em torno de R\$ 1,4 trilhão. As autuações do Fisco são como as multas de trânsito: as pessoas podem recorrer, mas quase ninguém ganha. No Carf, independentemente dos casos de corrupção que surgiram com a operação zelotes, no último ano, a Fazenda ganhou 96% dos processos. Não é razoável imaginar que as pessoas farão quase tudo errado e o fisco sempre acertará.

Folha – As empresas podem recorrer ao Judiciário.

Roberto Quiroga Mosquera – Aí que está o problema. Quando a empresa sai da disputa administrativa e vai para o judiciário, de cara a dívida já cresce 20%. É a chamada descrição de dívida. Para discutir na Justiça, ela tem de fazer o depósito de 100% da autuação. Como vai fazer isso num auto de infração de R\$ 1 bilhão, R\$ 5 bilhões ou R\$ 10 bilhões? Não dá. (...)

Folha – Mas hoje as empresas recorrem à Justiça.

Roberto Quiroga Mosquera – Sim, mas dois terços do contencioso ainda é "podre". São contribuintes que o Fisco não consegue encontrar, laranjas, execuções que não correm. Agora está chegando o contencioso bom, de reestruturações societárias, de empresas legítimas e reais. Se você pegar as 30 maiores companhias abertas do país, todas já têm discussões relevantes. E essas companhias, que têm negócios de verdade, terão muita dificuldade de debater na Justiça. A parede está próxima e ninguém está vendo.

Folha – O que fará o "contencioso bom" aumentar?

Roberto Quiroga Mosquera – O governo vinha lançando Refis atrás de Refis [programa de renegociação de débitos] e, com isso, o contencioso bom não chegava ao Judiciário.

Folha – Por que isso é um debate importante neste momento?

Roberto Quiroga Mosquera – O governo está tomando uma série de ações para pressionar as empresas, como a medida provisória 685, que chamamos de "dedo duro". Ela diz que, se a empresa não avisar ao governo sobre seu planejamento fiscal, pagará multa de 150% mais o imposto. Houve ainda a portaria determinando maior rigor dos procuradores da Fazenda. Ao mesmo tempo que olha o cardápio de impostos para ver onde pode aumentar a arrecadação, o governo está asfixiando as empresas. Isso vai desaguar no Judiciário. E lá as companhias vão bater com a cabeça na parede. (...) Esse conjunto de coisas impede que uma empresa séria discuta o débito.

Date Created

18/10/2015